

ANÁLISE DISCURSIVA DA EXPRESSÃO DO «DESACORDO» N' OS MAIAS DE EÇA DE QUEIRÓS

PAULO JOSÉ TENTE DA ROCHA SANTOS OSÓRIO
(Universidade da Beira Interior)

1. O presente trabalho pretende ser um estudo sobre a conversação no sentido de encontrar e analisar a expressão do «desacordo» n' *Os Maias* de Eça de Queirós. O *corpus* utilizado para este estudo é constituído fundamentalmente por algumas passagens retiradas dos primeiros seis capítulos da obra supramencionada. Trata-se, em nosso entender, de uma amostragem esclarecedora. Este estudo socorre-se essencialmente de conhecimentos provenientes das abonações empreendidas pela *Pragmática Linguística* (nomeadamente da noção de face e do trabalho de figuração na interacção verbal), pelo senso comum e pela nossa intuição de falantes.

Desde já, é necessário frisar que o «desacordo» surge como um acto onde não há concordância, antes divergência de opiniões, gerando polemicidade no discurso. Nesta conflitualidade onde impera a polifonia, os intervenientes têm de estar sempre atentos ao trabalho de figuração, para manter o equilíbrio entre a face positiva e a face negativa. Com esse fim, o locutor ao discordar de algo deve fazê-lo de uma maneira hábil para não arriscar as faces, tanto de si próprio como do alocutário.

O «desacordo» como um acto "violento" que fere a face positiva do alocutário tem de ter uma parte onde são expostos os argumentos destinados a atenuar a carga negativa do «desacordo». É, por isso, que no acto de discordar não há apenas a parte do "discordo, não concordo", mas a parte do "discordo porque...". É a justificação necessária à manutenção do equilíbrio entre as faces.

2. Análise do *Corpus*

2.1. Na questão da educação (educação tradicional *versus* educação inglesa) o latim tem adeptos e adversários. O abade, defensor da necessidade do latim na educação, levanta o problema à mesa, instaurando imediatamente o «desacordo», porque começa a dar a opinião de Afonso (a posição contrária): «Não admite, acha que é antigo...». A utilização, pelo abade, do advérbio de negação *não* junto do deôntico *dever* usado impessoalmente permite-nos concluir sobre a sua adesão à necessidade do latim na educação e sobre a recusa da outra parte em aceitar o latim. Ilacção semelhante se pode retirar do uso do modal *acha*. Na polifonia de vozes convocadas, destaca-se a voz do locutor discordante da voz de Afonso da Maia. Afonso, a parte contrária, não pretende alimentar a discussão, por isso simplesmente diz: «deixe lá o latim», onde se patenteia já a sua discordância. O recurso, novamente ao deôntico *dever* com o auxílio da sua repetição instaura, outra vez, a discussão sobre o latim: «Deve-se começar pelo latinzinho». Um outro adversário, Brown, nega essa necessidade, através do marcador de refutação *não* - «Não! latim mais tarde», avançando um argumento: «Primeiro força!». Esta fala de Brown lança no «desacordo» outra interpretação: o problema não está em banir o latim da educação, apenas em administrá-lo mais tarde. O abade, ainda não convencido, todavia, dominado pelo temor e pelo respeito ao anfitrião, arrisca «timidamente» um argumento de refutação, marcado pelo conector *mas*: «Mas enfim os clássicos». «Qual clássicos!» é a resposta avançada por Afonso, que até agora se mantivera calado. Esta exclamação que manifesta a sua desaprovação é logo seguida de contra-argumentação que visa expor as razões do abandono dos clássicos em função de uma nova atitude perante a vida: «o primeiro dever do homem é viver». Esta argumentação ainda não convenceu o abade, que todavia, continua dominado pelo respeito à autoridade de Afonso. Por isso, numa tentativa de conciliar o respeito pela face positiva do seu alocutário e pela sua própria face negativa, utiliza o diminutivo para exprimir a sua opinião: defender o latim e a cartilha como elementos básicos de instrução — «A instruçãozinha é necessária». Tenta arranjar partidários para a sua causa ao invocar Vilaça, contudo a mundividência de Afonso coloca-o em inferioridade, e assim aceita-a, sem deixar de advogar a sua opinião: surge, de novo, o uso do conector *mas*: «Mas enfim a instruçãozinha...». A instrução não é motivo de «desacordo», também Afonso a admite, apenas não a considera do mesmo modo que o abade — «A instrução (...) não é recitar (...) é saber factos (...)». O *não* marca o «desacordo» entre as duas opiniões, tal como a orientação da frase "não A - sim B". A contra-argumentação está cheia de elementos que pretendem ser válidos, são afirmados de uma forma clara e sem receios, enquanto que os pseudo-argumentos do abade são, mormente, modalizados, quer pelo uso de verbos modais, quer pela presença do diminutivo. A única afirmação que se apresenta válida e munida de força assertiva está naquilo que o narrador comenta como pretendendo ser uma "máxima": «esta

educação faz atletas, mas não faz cristãos». De salientar o uso do conector *mas* ao lado da negação, inscrito num esquema sintáctico "A, mas não B".

O «desacordo» continua a manifestar-se, agora encaminhado para o domínio da religião. Segundo o abade era necessário ensinar a cartilha ao menino, não tida em consideração por Afonso. É que a presença da locução conjuncional concessiva *ainda que*, na fala do abade, convoca a polifonia, onde a voz do locutor discorda da voz de Afonso. Um outro *mas* surge, mas desta vez é um *mas* que prima pela aproximação, não afasta a cartilha, mas concede algum benefício à parte adversária. O abade está disposto a fazer alguma concessão: «Mas já não quero falar da cartilha... há outras coisas», ainda que não abdique do princípio defendido. Afonso, de modo algum convencido, pretende demonstrar ao abade através de uma exposição argumentativa que a educação de Carlos foca o essencial da religião humana, apesar de não se servir dos preceitos da religião católica. É notório o uso das interrogativas retóricas nesta exposição argumentativa. Uma vez mais, surge o conector *mas*, integrado na fala de Afonso da Maia: depois de um acordo parcial, um *mas* logo introduz a arguição - «Bem sei. Mas tudo isso que você lhe ensinaria (...)». *Mas* é, novamente, usado pelo abade numa tentativa de continuar o discurso e a sua argumentação, todavia é interrompida pelo anfitrião. O imperativo «ouça» contém uma instrução dada ao alocutário para tomar atenção e atender aos argumentos que lhe são expostos. A discussão termina no mesmo ponto de «desacordo» que começara, porque a argumentação apresentada por cada uma das partes é válida para si mesma, mas não para convencer a outra. O termo da discussão surge por um *mas* que pretende pôr fim a uma discussão sem acordo possível, e ao mesmo tempo fazer uma sugestão: «Mas o verdadeiro dever (...) é ir respirar pelos campos». O abade ficou sem possibilidade de resposta, mantendo no seu interior a mesma ideia que defendia inicialmente. A indicação do narrador «suspirou como um santo que vê a negra impiedade dos tempos de Belzebu arrebatando as melhores reses do rebanho» é disso explícita.

Um outro exemplo de «desacordo» n' *Os Maias* encontra-se na discussão travada durante o jantar no Hotel Central.

A propósito do Crime da Mouraria, Carlos da Maia, pela sua ideia de romance naturalista, como próprio para tratar deste assunto, lança uma nova discussão patenteada num «desacordo» entre românticos e realistas. Alencar, opositor do realismo, apelida essa literatura de «latrinária», instaurando, desse modo, o «desacordo» que atinge o próprio narrador, porque se lhe refere como «Pobre Alencar!». A concordar com Alencar surgem Craft e, depois, Carlos. Craft expõe os argumentos que lhe permitem afastar o realismo. Carlos aponta como principal defeito do realismo os «seus grandes ares científicos». Eça, o defensor do realismo, de modo nenhum compreende esta posição dos seus amigos — «Eça, horrorizado, apertava as mãos na cabeça». É de salientar a utilização, pelo

narrador da forma verbal «trovejou», para introduzir a fala do Ega. O «desacordo» que vai ser manifestado por Ega há-de ser violento e o seu conteúdo nitidamentepositor aos argumentos anteriormente apresentados. O advérbio de modo *justamente* implica que os argumentos avançados, antes, como negativos são, pelo contrário, defensores do realismo. Ega explica que os aspectos científicos do realismo, agora identificado ao naturalismo, devem ser levados até à exaustão. Carlos manifesta o seu «desacordo» através da asserção afirmativa «isto é um absurdo» e recusa a defesa apresentada por Ega, expondo logo, em seguida, os argumentos que lhe permitem tirar essa conclusão. Contudo, é interrompido por Craft que lança mais um argumento, proposto como contradição dos apresentados por Ega: «E a obra de arte vive apenas pela forma». Alencar ao alimentar o «desacordo» não expõe os argumentos ou razões da sua oposição, apenas essa posição de "um não gostar por não gostar". Veja-se a este propósito a expressão com que defende a sua opinião: «mão no nariz». Surge depois a sugestão «não discutamos o excremento» em que o uso do conjuntivo com valor imperativo pretende afastar todos os argumentos possíveis de defesa ao realismo/naturalismo. A discussão, interrompida neste ponto, continua, depois, quando é evocada a figura de Craveiro «paladino do realismo». Alencar, que, anteriormente, não tinha razões "científicas" para combater o realismo, encontra agora, numa composição poética do Craveiro «dois erros de gramática, um verso errado, e uma imagem roubada a Baudelaire!». A falta de razões, patente na discussão inicial, é agora suprida por estas falhas detectadas na poesia de Craveiro. Desta vez, é Ega que não tem argumentos "científicos" para contrapor. Por isso, encaminha o «desacordo» para o ataque pessoal. Então o «desacordo» entre duas concepções de literatura é substituído por um ataque pessoal, em que arte é confundida com moral. Não há mais elementos que permitam estudar o «desacordo», apenas uma discussão pessoal entre dois homens: Ega e Alencar. Dentro dessa discussão encontram-se alguns mecanismos de oposição: por um lado a utilização do advérbio de negação *não* — «Não se esborracham assim os crânios», por outro lado, Alencar contrapõe com a repetição da mesma forma verbal — «esborrachava-lho sim, esborrachava...». O «desacordo» inicial fica sem conclusão, porque não surgem mais argumentos; a discussão pessoal é resolvida por um aperto de mãos, como é próprio de cavalheiros... e o «desacordo», possivelmente, continua, já que os argumentos não foram suficientes para convencer.

No meio desta discussão há ainda lugar para a manifestação do «desacordo» em relação a outro assunto, quando surge outra temática adequada ao «desacordo». A propósito da situação económica do país, Ega reclama pela «receita» (uma revolução como tentativa de afastar os dirigentes incompetentes). Ao tratar essa camada de dirigentes por «bestas», entra em «desacordo» com Cohen, que faz parte dessa camada social. É que nessa «gente há talento, há

saber», afirmava Cohen, tentando chamar Ega à razão, através do uso do *dever* deontico: «Você deve reconhecê-lo, Ega». O «desacordo» patenteia-se, assim, na utilização do *dever* deontico, na afirmação do exagero da parte contrária, na negação, logo seguida de uma asserção afirmativa da existência de talento e saber. Este «desacordo» transforma-se num acordo momentâneo, pela necessidade de Ega agradar ao seu amigo Cohen. Esse acordo manifesta-se pelo reconhecimento do seu talento e saber (a face negativa de Ega é desprezada em função da sua face positiva). Alencar intromete-se na discussão desconfiando do saber e do talento, anteriormente reconhecidos: «lá a respeito de talento e de saber, histórias...». A asserção seguinte «eu conheço-os bem», acompanhada do vocativo «meu Cohen», comunica muito, apesar de quase nada dizer. Há que apelar para as implicações que se podem levantar de acordo com o saber e interesse dos alocutários (a capacidade inferencial dos interlocutores é assim evocada). Cohen estabelece o «desacordo» através de um acto reactivo negativo — «Não senhor ... não senhor» - ao negar e ao repetir essa expressão de negação. À negação segue-se a afirmação contrária. O «desacordo» é também notório no ataque pessoal dirigido a Alencar: «Até lhe fica mal dizer isso». A posição de autoridade de Cohen faz com que Alencar, tal como, anteriormente, Ega, acorde na existência do saber e do talento. Mais uma vez se verifica o acordo sem convicção nos argumentos apresentados (tratar-se-á de uma manifestação de *acordo por cortesia?*). O narrador para isso alerta: «Alencar, perante esta intimação do Cohen, o respeitado director do Banco Nacional, recalçou o despeito». O acordo, por meras razões de cortesia, parece ser quase total, visto que o próprio Cohen admite a pertinência nos argumentos apresentados, pela outra parte, ao dizer: «o país necessita de reformas». Ega, porém manifesta o seu «desacordo», lançando outra temática: «Portugal não necessita de reformas, Cohen, Portugal o que precisa é da invasão espanhola». O «desacordo», aqui, manifesta-se por um esquema sintáctico que se pode representar em "não A - sim B". Ega apresenta os seus argumentos e todos participam na possível invasão espanhola. Alencar patriótico não concorda com esta brincadeira; a exclamação «E como vocês podem falar nisso a rir!», é indicadora de indignação. Apesar disto reconhece alguns pontos em comum na opinião de todos: «Talvez seja má, de acordo, mas...». A oposição surge no uso do *mas*, na negação e na repetição de determinadas expressões.

Existirá falta de senso moral em Lisboa? É uma pergunta que motiva mais um apresentar de opiniões. O marquês acredita que Lisboa não sabia o que era a falta de senso moral e apresenta as razões que motivam essa sua crença. Pelo contrário, Craft considera a notícia que saiu no jornal uma falta de senso moral: «Nada disso impede que seja uma extraordinária falta de senso moral». Nesta asserção, recusa todas as razões apresentadas pelo marquês, como inválidas; elas são exactamente a prova daquilo que o marquês pretendia recusar. Cruges considera o facto, também, como insensato, concordando com Craft. Contudo, o

marquês continua na exposição dos seus argumentos: «O artigo é sublime». Os argumentos finais são de alguém que pretende convencer o alocutário da certeza do seu pensamento, como correcto; daí o uso do imperativo: «acredite você uma coisa». A conversa não continua, porque um outro assunto maior se impunha: jogar dominó.

«Desacordo» por reprovação de uma atitude é o que acontece no diálogo entre as personagens Afonso e D. Ana. Desta vez o «desacordo» patenteia-se no uso do *mas*, na interrogativa reprovativa e na exclamação de indignação, para além das frases negativas e da exposição de argumentos. Numa brincadeira de crianças, Carlos da Maia mostra ao seu avô e às familiares de Teresinha uma imagem de um feto de seis meses no útero materno. As "senhoras", como as apelida o narrador, não aprovam esta curiosidade científica, que designam por «indecências». Afonso da Maia, pelo contrário, acha natural o desejo de saber como funciona o corpo humano. Desenha-se um «desacordo» entre ambas as partes. O «desacordo» mencionado começa logo a notar-se no discurso narrativo introdutório ao diálogo, pelo uso da forma verbal «escandalizou» usada em paralelo com a «indulgência» da outra parte, colocadas em oposição pela adversativa *mas*. Afonso da Maia para salvaguardar a sua face positiva, tenta explicar as razões da sua opinião, diferente da das "senhoras". Toda a discussão é interrompida sem se chegar a um acordo. Por esse simples facto, o «desacordo» continua... ou por falta de um argumento válido ou por um desejo de nunca ferir a face positiva dos elementos intervenientes na discussão.

2.2. Poder-se-á então dizer que o «desacordo» envolve mecanismos linguísticos específicos.

No «desacordo» está patente a negação nas suas mais diversas formulações: "não, pelo contrário, não é isso..." Para além da negação, surgiram outros mecanismos próprios para formular a argumentação que justificam e explicam o «desacordo». Que mecanismos foram esses? Um deles foi o conector *mas* que marca uma quebra de regularidade ou expectativa e ao mesmo tempo traz um acréscimo de informação. Há, agora, todo um discurso que invalida o anterior. É necessário, contudo, distinguir os dois valores de *mas*: um "mas" refutativo/rectificativo que se designa por *mas-sn*, onde o locutor reage através da negação/recusa, seguida de rectificação e um "mas" contra-argumentativo, dito *mas-pa*, onde ainda há um acordo — a aceitação da intervenção A, ou não A logo seguida de arguição, que marca o «desacordo». Na exposição dos argumentos justificativos da negação desenham-se esquemas sintácticos do género "não A, sim B" e escalas argumentativas orientadas para uma determinada conclusão.

Poder-se-á, no entanto, estabelecer muito sumariamente uma tipologia de actos que exprimem «desacordo». Vejamos:

1. «desacordo momentâneo e irrefletido» - no caso de confronto de opiniões, onde uma das partes manifesta admiração, uma admiração que contradiz a fala da personagem anterior: «Amante!». É o que se passa na conversa entre Afonso e Vilaça. A admiração manifestada por Vilaça tenta invalidar a opinião de Afonso quanto à relação de Maria Monforte com Pedro. Esta exclamação é logo seguida do conector *mas*, um *mas-sn*, nitidamente refutativo. Os elementos explicativos dessa refutação são avançados pela repetição: «a rapariga é solteira... é uma menina honesta». O vocativo «meu senhor» mostra o respeito de quem está em posição inferior, mas que, de qualquer modo, exprime uma opinião contrária;

2. «desacordo mitigado - com acordo parcial» - ter uma posição de autoridade, de respeito social perante alguém é sempre útil à manutenção de uma opinião que tende a anular a da outra parte em situação mais desfavorecida. Ao acrescentar a isso a força dos argumentos, estar-se-á em condições de encontrar um «desacordo» que acabará em acordo, quanto mais não seja pela condescendência de uma das partes. É este tipo de «desacordo» que encontramos na conversa entre Afonso e o doutor juiz;

3. «desacordo por cortesia» - quando a alguém é feito um elogio e esse alguém nega a qualidade elogiada, será isso um tipo de «desacordo»? Será que se pode chamar «desacordo por cortesia»? Partindo do princípio que a resposta a esta pergunta é afirmativa encontraremos alguns exemplos n'Os *Maias*. Vejamos: Vilaça louva Afonso da Maia por mudar de hábitos para acompanhar a educação do neto e a modéstia deste manifesta-se sob a forma exclamativa «Tolice!», logo seguida da negação «Não é isso». A repetição da justificação para a negação do elogio afirma o «desacordo» e salvaguarda a sua face positiva.

Quando Alencar acompanha Carlos até casa deste, pelo caminho relembra o passado. Alencar ajudara muitos que agora em altos cargos sociais o ignoram. Numa atitude de cortesia e para salvaguardar a face positiva de Alencar, Carlos «com amizade», diz: «isso são imaginações». Instaura-se, deste modo, o «desacordo» motivado pela cortesia e pelo desejo de evitar sofrimento a Alencar.

Tentámos, assim, contribuir com a análise de algumas expressões de «desacordo» n'Os *Maias* de Eça de Queirós.

Esperamos num futuro próximo poder alargar esta análise a outras partes da obra, para além de pretendemos analisar ainda as formas de estruturação linguística do «acordo». No «acordo» impera a afirmação, ou mesmo a intensificação da afirmação, através de asserções afirmativas. Também o «acordo» apresenta uma exposição argumentativa destinada a validar a ideia que é acordada entre os interlocutores. Assim surgem escalas argumentativas gradativas com elementos coorientados para a mesma conclusão.

A análise encetada pretende teoricamente comprovar que no que diz respeito à dimensão accional da linguagem todo e qualquer momento do exercício linguístico consiste em realizar acções por palavras, isto é, falar é agir, é realizar acções que têm um alcance interindividual e instituem direitos e deveres distribuídos pelo locutor e alocutário. É o chamado juridismo ilocutório, em que cada acto do discurso estabelece um contrato por força do qual existem direitos e obrigações distribuídos pelos dois sujeitos implicados no acto verbal.

Bibliografia

Activa

QUEIRÓS, Eça - *Os Maias* (Livros do Brasil).

Passiva

ANSCOMBRE, J. C. e DUCROT, O. (1988) - *L'Argumentation dans la Langue*. Liège-Bruxelles.

ARMENGAUD, F. (1985) - *La Pragmatique*, Paris.

DUCROT, O. *et al.* (1980) - *Les Mots du Discours*, Paris.

FONSECA, Joaquim (1992) - *Linguística e Texto/Diálogo. Teoria, Descrição, Aplicação*, Lisboa.

FONSECA, Joaquim (1994) - *Pragmática Linguística. Introdução, Teoria e Descrição do Português*, Porto.

PLANTIN, C. (1990) - *Essais sur Argumentation*, Paris.

POTTIER, B. (1992) - *Théorie et Analyse en Linguistique*, Paris.